

Anne Karoline Borges Silva¹, Clarice Chemello¹; Erica Dumont Pena¹; Erica Renata de Souza¹; Rafaela de Carvalho Rodrigues¹; Thaís Rolla de Caux¹

1. Centro de Estudos em Atenção Farmacêutica– CEAf, Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte- MG, Brasil.

E-mail: annekborges@gmail.com

INTRODUÇÃO

O aborto está entre as cinco principais causas de mortalidade materna e sua criminalização gera problemas em saúde perversos que atinge os direitos sexuais e reprodutivos. Estima-se que uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já realizou ao menos um aborto no país, entre elas mulheres de diferentes crenças, cores, classes sociais, com ou sem filhos. A restrição não reduz sua realização e impulsiona sua indução em condições precárias. Isso expõe as mulheres a riscos e sofrimentos evitáveis, principalmente as negras, pobres e jovens, em situação de maior vulnerabilidade social. O misoprostol é o método mais utilizado para aborto no Brasil urbano e o aumento de seu uso contribuiu para a queda de complicações relacionadas, permitindo o abandono parcial de técnicas inseguras.

OBJETIVOS

Descrever a experiência das entrevistadas com o misoprostol em seus itinerários abortivos no contexto de restrição brasileiro, acessando informações sobre compra, uso e construção de conhecimento sobre o medicamento, assim como a participação de familiares, amigos e profissionais de saúde nesse processo

MÉTODO

- Trata-se de um estudo qualitativo, fenomenológico e feminista.
- A coleta de dados foi realizada em entrevistas com seis mulheres maiores de 18 anos que utilizaram o Misoprostol para aborto, convidadas via redes constituídas em diferentes grupos sociais de Belo Horizonte - MG.
- O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética está registrado no número 53504415.0.0000.5149.

RESULTADOS

- Ao se verem grávidas, refletem sobre a maternidade, entendendo o aborto como a melhor opção para a gestação indesejada, por complexos motivos que envolvem planos futuros, o parceiro e os familiares.

- Escolhem o medicamento por entenderem que ele é seguro, eficaz, barato, além de permitir privacidade e acompanhamento.
- Procuram indicações sobre onde adquiri-lo e pagam até 150 reais por cada comprimido de 200 mcg, utilizando-o em local privado.
- As informações são acessadas por orientações de vendedores, familiares e amigos (as) e/ou buscas na internet, o que pode resultar em uso de regimes inadequados. Algumas conhecem redes de apoio sobre o misoprostol, as quais se configuram em importantes iniciativas de auxílio às mulheres. Todas finalizam o procedimento sem intercorrências.
- Buscam os serviços de saúde posteriormente apenas para confirmar a finalização do aborto e temem as violências ou denúncias, afastando-se daqueles que deveriam acolhê-las.
- Discuto essa questão como um problema de saúde pública que se inicia no campo dos direitos humanos, perpassado por relações desiguais de gênero, raça e classe, resultando na exacerbação das desigualdades sociais, violências diversas e restrições impostas à vida das mulheres.

CONCLUSÃO

Aponto a importância da legalização das ações de redução de danos, com a disponibilização de informações acessíveis sobre o medicamento, garantindo a segurança durante seu uso, sendo os profissionais farmacêuticos importantes atores nessa possível atividade. Reflito sobre a necessidade da legalização do procedimento em um Estado laico, respeitando as diferentes crenças existentes no país. Acredito que a partir disso pode haver o impulsionamento de discussões, elaboração de políticas públicas e serviços eficazes voltados à educação sexual e planejamento reprodutivo não moralizantes, melhorando a qualidade de vida das mulheres

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ZAMBERLIN, N.; ROMERO, M.; RAMOS, S. **Latin American women's experiences with medical abortion in settings where abortion is legally restricted**. Reproductive Health, 2012.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2008.